



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - LEI DA ANISTIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0492/12	DATA: 08/05/2012
INÍCIO: 16h32min	TÉRMINO: 17h17min	DURAÇÃO: 00h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h46min	PÁGINAS: 16	QUARTOS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ BEZERRA DA SILVA – Representante da Associação de Militares Anistiado da Bahia — ASSMAN e da Associação das Praças da Aeronáutica do Rio Grande do Norte — ASPARN.
DÍLSON DA SILVA – Representante da UMNA, Unidade Mobilização Nacional pela Anistia.
LUIZ MIGUEL – Representante da ANAP de Volta Redonda, Rio de Janeiro.
PAULO SÉRGIO TURAZZA – Representante da ACIMAR de São Paulo.

SUMÁRIO: Apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Havendo número legal, declaro aberta a terceira reunião da Comissão Especial de Anistia.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados a ata segunda reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Atendido.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, aprovada.

Segundo item da pauta.

Apreciação de requerimento.

Como vou encaminhar, passo a Presidência ao Deputado Arnaldo Faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Sr. Presidente Chico Lopes, inicialmente, queria agradecer aos Deputados Vanderlei Macris e Filipe Pereira, que estavam na CPI. A pedido, eles vieram aqui para assinar, o que permitiu que obtivéssemos o quórum necessário para podermos apreciar esta matéria extremamente importante.

O Requerimento nº 6/12, do Deputado Chico Lopes, requer seja convidado a comparecer a esta Comissão o Ministro da Justiça, Exmo. Sr. José Eduardo Cardozo.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado autor, Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - O requerimento trata exatamente do que foi combinado. Os dois requerimentos convidam o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa.

Acho que a aprovação é líquida e certa.

Agora, nossa preocupação é enviar os ofícios e ver qual dia em que vamos fazer essa declaração.

Esse era o nosso argumento na defesa do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*



Aprovado o requerimento do Deputado Chico Lopes.

Segundo requerimento.

Requerimento nº 7/12, do Deputado Chico Lopes, que já foi apreciado por ele, requer convite para comparecer a esta Comissão o Ministro da Defesa, Celso Amorim.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Deputado Chico Lopes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Estão aprovados.

Abro a palavra por 2 ou 3 minutos para quem queira falar por motivo muito simples: a qualquer momento, pode abrir a Ordem do Dia, e, se não tivermos nada a tratar vamos levantar a reunião.

Tem alguém que queira falar?

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - Sr. Presidente, meu nome é José Bezerra da Silva; sou representante da Associação de Militares Anistiado da Bahia — ASSMAN e da Associação das Praças da Aeronáutica do Rio Grande do Norte — ASPARN.

Primeiramente, Deputado, quero agradecer ao Presidente da CEANISTI, Deputado Chico Lopes, e ao nobre Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá, pela oportunidade de realização desta audiência. Muito obrigado, Deputados. Fiquei muito contente por ser atendido.

Quero agradecer também aos membros das associações, sindicatos e aos demais líderes presentes. Muito obrigado por terem vindo.

Também agradeço à nossa colega Raquel, que dedicou todo o esforço para que isso acontecesse.

Sr. Presidente, quero lhe pedir licença para falar diretamente com S.Exa. a Presidenta do Brasil, Sra. Dilma Rousseff, que possui grandiosamente 80% de aprovação do seu Governo pelos nossos irmãos brasileiros, marco da nossa história e do Governo do Partido dos Trabalhadores.

Nosso País alcança um ótimo índice de desenvolvimento, tanto no combate ao desemprego quanto na melhoria do ensino para os nossos estudantes dos mais diversos níveis, como também na redução das desigualdades e em melhorias na distribuição de renda para a população de baixa condição financeira.



Em muitos países, as desigualdades da população estão aumentando intensamente, enquanto no seu Governo elas estão sendo reduzidas. Isso é muito importante para a autoestima do povo brasileiro.

Eu não tenho conhecimento, em toda a minha vida, de ter vivido um dia de homenagem ao trabalhador como foi no último 1º de Maio, em que muitos brasileiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Um momento,.

Queria agradecer a presença do Deputado Márcio Reinaldo, que veio prestigiar os anistiados. (*Palmas.*)

Continue com a palavra.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - Obrigado.

Eu não tenho conhecimento, em toda a minha vida, de ter vivido um dia de homenagem ao trabalhador como o 1º de Maio, em que muitos brasileiros tivessem dito que estão felizes, e outros, muito felizes no trabalho. Isso é muito importante para a governabilidade de uma nação.

O Brasil de hoje sabe fazer um crescimento compartilhado que reduz a pobreza e coloca o pão na mesa do pobre, fruto de uma ideia do ex-Presidente Lula, pois sua intenção era criar um Brasil sem fome, tirando milhares de brasileiros da miséria. Louvada seja sua ideia!

Acabar com a pobreza é um dever do Estado, é um direito do cidadão. O combate à miséria é fundamental para um país complexo como o nosso.

A educação para as nossas crianças pavimenta a estrada dos nossos jovens, dando-lhes acesso à educação, qualificação de mão de obra e garantia da construção de um futuro melhor.

Sra. Presidenta, a senhora tem o poder, ao receber hoje uma comissão formada por esses idosos, de acabar, de uma vez por todas, com o sofrimento desses brasileiros e mandar o GTI — Grupo de Trabalho Interministerial parar de uma vez por todas com a revisão que está fazendo, pois causa uma angústia permanente, uma ansiedade e uma insegurança, o que tem provocado inúmeras doenças nas famílias dos anistiados políticos, de todos os segmentos. A expectativa de ter suas portarias revisadas e seus pagamentos suspensos traz de volta, Sra. Presidenta, para a vida desses anistiados políticos, um resgate imediato das



mesmas dificuldades e maldades que eles sofreram no passado, em 1964, com aquele maldito golpe militar.

O Brasil vive um momento muito importante da nossa história. Sabemos que 16 milhões de brasileiros ainda estão sem acesso a uma renda decente. Porém, isso está sendo solucionado pelos projetos de combate à miséria — alguns criados pelo governo anterior ao do ex-Presidente Lula, outros continuados no atual Governo e outros criados por este Governo.

Este Governo fez o que nenhum governo do mundo conseguiu fazer: passou a valorizar a mulher como cabeça do casal. Assim, é ela quem fica com a renda que o casal recebe; também a casa onde mora está em seu nome. Como ela não abandona o lar nem os filhos, a família permanece unida. Se a mãe melhora de vida e de formação, os filhos também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Não querendo interromper o companheiro, mas é que estamos com medo de que comece a Ordem do Dia e fiquemos prejudicados. Você pode entregar a carta como lida, e a Secretaria faz a divulgação.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - Peço mais 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Pois, não. Continue.

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - Sra. Presidenta, o que está acontecendo com a classe dos anistiados políticos é uma desumanidade, um desrespeito aos direitos humanos. Entretanto, esta classe está presente e acredita no seu poder de justiça.

Também acredita no Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, que atuou brilhantemente como Deputado membro desta Comissão investigadora pelo não cumprimento da Lei da Anistia e que também foi convidado para esta audiência pública e, como profundo conhecedor dessa causa, exarou a sua assinatura no relatório final, em dezembro de 2010, sendo que o mesmo fora enviado pelo ilustre Deputado Faria de Sá e o brilhante Deputado Daniel Almeida para todas as repartições deste Governo, já anteriormente citadas, para que o mesmo fosse cumprido. E isso não aconteceu.

O Dr. José Eduardo Cardozo, competente Ministro da Justiça, sabe que o conselheiro de vosso Governo conhece todas as mazela, pois a ele já fomos, por



diversas vezes, e que, por ser uma autoridade muito ocupada, e até ocupadíssima, nunca nos recebeu.

Assim, Sra. Presidenta, por favor, ouça o grito de quem sofre, de quem tem fome, de quem chora e de quem está morando de favores. Receba uma comissão de representantes dos anistiados políticos. Eles são os últimos heróis vivos da luta pela tão sonhada democracia no País que hoje serve a todos nós. Suspenda, Presidenta, a revisão do Grupo de Trabalho Interministerial.

Neste momento, Sr. Presidente Chico Lopes, peço-lhe vênica para que V.Exa. conceda um minuto de silêncio em homenagem à alma daqueles companheiros que faleceram recentemente e que hoje não puderam estar presentes a esta audiência pública.

Eis os nomes dos anistiados políticos que vieram a falecer em condições miseráveis enquanto o Brigadeiro Bueno suspendia ou detinha seus pagamentos, e com verba já aprovada: Aldo Viana Nunes, Adalberto da Silva Castro, Aeudison Gomes Nogueira, Albérico Ferreira de Castro, Capitão Alípio, da FAB, com 78 anos; Antônio Luiz Barbosa de Barros, Audizio Alexandre Rodrigues, Agostinho Lins da Silva, Benedito da Rocha, Cândido Eduardo Sena, Carlos Alberto de Amorim, Fernando Amaro dos Santos, Clodomir Fernando Amaro dos Santos, Clodomir Ferreira Maia, Dílson Mário Gonçalves, Dionísio Monteiro Barbosa, Emanuel Napoleão de Assunção, Eptácio Luiz da Silva, Ernani Teixeira Lima, Genivaldo Gomes Bezerra, Geraldo de Carvalho Lins, Geraldo Gomes Bezerra, Gervásio Onoriano dos Anjos, Gil de Andrade Lima, Gilberto Luiz Bezerra de Lima, Gildo dos Santos, João Lopes de Albuquerque, José Adolar Paes Barreto de Albuquerque, José Adolfo Bezerra Melo, José Afonso Gama, José Fernando dos Santos, José Jerônimo do Nascimento, José Rodrigues do Nascimento, Jurandir Oliveira de Souza, Luvaldo Nazela dos Santos, Luiz Brasileiro de Macedo, Luiz de Castro Cruz, Luiz Gonçalves de Oliveira, Malaquias de Oliveira, Manoel Ferreira Lopes, Nevidaldo Rodrigues Aidam, Paulo Silveira de Lima, Reginaldo Costa Santos, Roberto Vasconcelos de Melo, Salomão da Silva Pontes, Severino Joaquim do Nascimento, Severino José da Costa, Severino Vieira da Silva Filho, Valderir Antônio de Souza, Wilson dos Santos Pinho, Valnei Sangrema Pinto, José Candido de Albuquerque da Silva Campos, Carlos Alberto Silva do Nascimento, José Ronaldo Ferreira de Souza,



Manoel Felinto, Murilo Azevedo, Carlos Cardoso Costa, Adilson Bezerra dos Santos e Maurício Gomes da Costa.

Todos esses militares, Excelência, faleceram. Estes militares não estupraram, não mataram, não assassinaram, não violentaram mulheres indefesas, mas foram postos na rua, tiveram seus empregos vilipendiados. É inadmissível que, num país de 190 milhões de habitantes, a governabilidade do país seja posta em risco pela minoria de alguns militares que participaram das atrocidades do golpe de 1964.

Fica aqui, Sra. Presidente Dilma Rousseff, um grito, um clamor em nome das viúvas que hoje estão no desalento porque perderam suas casas. A AGU está processando-as para tomar suas moradias em troca do pagamento que receberam regamente quando estavam anistiadas através do Banco do Brasil. Mas eis que o Comandante da Aeronáutica Luiz Carlos da Silva Bueno emitiu um ofício determinando ao Ministro Marcio Thomaz Basto que cancelasse 495 portarias somente de uma pancada. Por favor, Sra. Presidenta!

Muito obrigado, e aguardamos sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Vamos atender ao companheiro, que pediu um minuto de silêncio. (*Faz-se o minuto de silêncio.*)

Gostaria de fazer uma indagação ao companheiro: V.Sa. mandou isso para a Presidência ou está mandando para a Comissão, para que estar repasse para a Presidência? Não entendi se o senhor está lendo a carta para dar conhecimento ou se ela está endereçada à Presidência da República. O senhor mandou através dos Correios? Ou como foi?

O SR. JOSÉ BEZERRA DA SILVA - Sr. Presidente, ela está endereçada ao Presidente desta Casa e a V.Exa., Presidente desta Comissão. Eu pedi, inicialmente, licença a V.Exa. para falar com a Presidenta da República. Então, ela está endereçada a V.Exa.; não foi entregue a ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, nosso Relator.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A carta será entregue a esta Comissão, e, como Relator, determino à Raquel, nossa secretária, que expeça ofício encaminhando a correspondência à Presidente da República Dilma Rousseff, como também o manifesto de José Alfredo dos Santos determino seja encaminhado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.



Quero fazer um pedido a vocês, anistiandos e anistiados. Vocês perceberam como foi difícil conseguirmos quórum hoje. Temos dificuldade por uma razão técnica: temos cerca de 16 vagas não preenchidas. Então seria prudente que vocês procurassem os Líderes dos partidos, que vou anunciar, para pedir que indiquem os membros que estão faltando, para que, na eventualidade de uma nova reunião, não passemos o que passamos hoje. Tive que tirar dois Deputados da CPI Mista do Cachoeira para virem aqui assinar, senão não teríamos conseguido quórum. Foram os Deputados Filipe Pereira e Vanderlei Macris. Queria chamar a atenção de vocês para isso.

O Líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, tem duas vagas de suplente a preencher. O Líder do PSDB, Bruno Araújo, tem três vagas de suplente a preencher. O Líder do Democratas, Antonio Carlos Magalhães Neto, tem duas vagas de suplente a preencher. O Líder do PR, Lincoln Portela, tem duas vagas de suplente a preencher. A Líder do PSB, Sandra Rosado, tem duas vagas de suplente a preencher. São 11 vagas. Isso nos daria uma folga nas próximas reuniões. E faltam uma vaga do bloco PV/PPS, uma vaga do PTB, uma vaga do PSC e uma vaga do PHS. Então é importante que vocês façam contatos com os Líderes desses partidos, para que indiquem os suplentes. Isso facilitará muito, numa nova reunião, para obtermos o quórum. Precisamos do quórum de 14 Parlamentares para decidir, como já decidimos aqui hoje.

Vocês sabem, lamentavelmente, que a única trincheira que vocês têm é esta. Sabemos que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça deixa muito a desejar, apesar do respeito que tenho pelo Sr. Paulo Abrão. Sabemos que as Comissões do Ministério do Planejamento também deixam muito a desejar. Os Ministérios militares nem se fala. Os três Comandos da Defesa têm atrapalhado demais. E a própria AGU, depois que o Toffoli saiu de lá, também deixa a desejar.

Então a trincheira de vocês é aqui. Vamos fortalecer essa trincheira, para que vocês possam continuar lutando em defesa dos direitos dos anistiados brasileiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Eu queria ressaltar a presença do Deputado Luiz Alberto, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente Deputado Chico Lopes, nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, Relator, demais companheiros aqui presentes,



anistiados, anistiandos, eu acho extremamente importante esta Comissão. Eu pedi ao meu partido que me indicasse para participar desta Comissão porque eu venho acompanhando estes trabalhos desde a constituição da Comissão. No início não pude participar, mas depois entendi que era hora, até porque sou parte de uma categoria que sofreu perseguição política por reivindicar melhorias de salário e de condições de trabalho, os petroleiros do Brasil.

Esta Comissão tem o papel importantíssimo de acompanhar a execução das diversas leis de anistia aprovadas. No nosso Governo, tanto nos 8 anos do Governo Lula quanto agora no Governo da Presidenta Dilma, não podemos deixar de cumprir essa tarefa. Precisamos cumprir essa tarefa.

Hoje houve uma discussão importante no Auditório Nereu Ramos, e vamos votar hoje a PEC 438 — está na pauta —, que extingue o trabalho escravo no Brasil, um trabalho ilegal e criminoso. Essa PEC está atingindo o coração, porque prevê a expropriação das terras daqueles que exploram o trabalho escravo. A escravidão acabou formalmente há mais de 100 anos, em 1888.

Recentemente, comissão do Ministério da Justiça esteve na Bahia, onde fez um trabalho exitoso, importante. Analisou diversos processos de companheiros petroquímicos que haviam sido perseguidos, e nessa leva o processo final de anistia de alguns companheiros foi executado e eles foram finalmente justificados.

Há muita dívida a pagar a companheiros que lutaram pelo fim da ditadura militar — eu acompanhei esse processo pela não entrega do patrimônio público — e foram perseguidos.

Há uma categoria que anda por aqui discutindo conosco que também foi engabelada. Não está enquadrada em nenhuma lei de anistia, mas foi engabelada pelo Governo do Fernando Henrique Cardoso, quando ele quis privatizar as empresas estatais, particularmente a PETROBRAS e os Correios, e criou aquele tal Programa de Demissão Voluntária, que foi um engodo. Agora os trabalhadores estão aí passando fome.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os PDVs.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Os PDVs.

Portanto há muita questão a ser debatida. Esses companheiros não estão enquadrados em nenhuma lei de anistia, como eu disse, mas tramita aqui projeto de



lei que tenta corrigir esse verdadeiro absurdo, que deixou famílias vivendo em situação de grande dificuldade.

Sr. Presidente, estarei à disposição, ao lado de V.Exa., para que esta Comissão possa cumprir seu papel. E quero parabenizá-lo pela aprovação dos dois requerimentos, pelo convite ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para aqui expor as dificuldades e ouvir os questionamentos desta Comissão, dos anistiados e dos anistiandos sobre os problemas na tramitação desses processos.

Um companheiro apresentou uma espécie de manifesto, lido pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, sobre as reiteradas vezes que seu apelo foi rejeitado. Acho que é preciso levar em consideração a sua insistência, até porque ninguém vai forjar documento para dizer que foi perseguido...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado Luiz Alberto, eu já despachei com a Secretaria para se oficialar a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Estou reforçando esse pedido.

Portanto, Sr. Presidente, quero contribuir nesta Comissão para ajudar nas nossas tarefas de acompanhamento da aplicação das leis de anistia.

Finalizando, acho que nosso Governo tem que resolver as pendências vinculadas às leis de anistia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Eu queria que o próximo companheiro a falar dissesse seu nome e origem, para que constem da ata. O senhor tem 3 minutos.

O SR. DÍLSON DA SILVA - Meu nome é Dílson da Silva e estou aqui representando a UMNA, Unidade Mobilização Nacional pela Anistia.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Exmo. Sr. Presidente, Deputado Chico Lopes, do nosso querido Deputado Arnaldo Faria de Sá, há muito tempo conosco, e da nossa Secretária, Raquel.

A Unidade Mobilização Nacional pela Anistia — UMNA, com sede própria na Av. 13 de Maio, número 13, sala 1.318, através de sua diretoria e em atenção à solicitação de V.Sa. para que as entidades representativas elaborassem uma manifestação com as reivindicações e medidas que possam ser tomadas no intuito de sanar os problemas decorrentes da má aplicação da Lei de Anistia, Lei nº 10.559, vem encaminhar a essa Presidência o nosso entendimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Obrigado. Estou recebendo e passando ao Secretário e ao Relator.

O próximo.

O SR. WILSON - Sou conhecido como Capitão Wilson.

Eu quero ser breve. Vou apenas lembrar o que nem há necessidade de lembrar. Não dispensamos nenhum dos Deputados amigos nesta Casa, mas há alguns que são indispensáveis. Não preciso dizer que sem o Deputado Arnaldo estamos roubados e que contamos com o Deputado Chico para levar adiante isso que está aí. *(Palmas.)*

Sr. Deputado, as dificuldades que temos já duram trinta e tantos anos e todos conhecem. Com a eleição de um candidato de partido popular, achávamos que haveria avanços, ou até que concluiríamos essa novela. Houve um início bom, mas hoje, a cada dia que passa, parece que o outro lado, a reação, os punidores, os perseguidores avançam no sentido de manter a punição.

Eu queria apenas lembrar o que é de conhecimento de todos. O setor militar avança na sua insistência em manter a punição até a morte. Já mostrei para os Deputados que nos contracheques, a partir deste mês, os militares têm outra disposição. Os militares não estão anistiados. Os militares fazem parte de um setor de anistiados políticos. Nós pensávamos que a Constituição, com a Emenda nº 26, de 1985, e com o art. 8º, tinha nos anistiado, tinha anistiado os perseguidos, apesar de ser uma anistia inversa, isto é, uma anistia aplicada aos perseguidos e não aos perseguidores. Mas hoje quem já foi anistiado está sendo, pelo menos nominalmente, desanistiado.

E, quanto ao cumprimento das leis, há uma criação a cada dia. Nós sentimos a aplicação cada vez mais incisiva, sempre no sentido persecutório, com retirada da classificação dos anistiados militares de militares. Nós hoje somos elementos híbridos, porque não somos civis, mas também não somos militares.

Estou concluindo, Sr. Deputado. Nós, um pouco desacolchoados com o andamento da matéria no Executivo, procuramos a AGU, que nos recebeu muito bem. Uma equipe foi ao Consultor-Geral da República, Dr. Arnaldo Godoy, que se mostrou muito simpático a trabalhar com o Ministro da AGU, Dr. Luís Adams, para formar na Advocacia-Geral da União uma câmara para resolver, ou tentar resolver, as pendengas da anistia.



Então nos parece — quem estava comigo lá deve ter notado também — que, se alguns Deputados fizessem contato com eles, com o Dr. Arnaldo ou com o Dr. Adams, poderia haver alguma ação do Executivo, que está nos perseguindo novamente.

Era esse o alerta que eu queria fazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Capitão Wilson por essa disposição de continuar lutando. Algumas pessoas têm persistido na luta apesar de todas as dificuldades.

Essa colocação do Capitão Wilson me deixa muito chocado, de que o holerite, de forma discriminatória, traz a expressão “anistiado político”.

Eu queria conversar com o Deputado Chico Lopes sobre a possibilidade de nós dois, particularmente, já que Comissão não tem o poder de apresentar um requerimento de informações, subscrevermos um requerimento de informações ao Ministério da Defesa indagando o porquê de isso estar acontecendo nos holerites dos militares aposentados.

Então eu queria pedir ao senhor que nos encaminhasse cópia autenticada, para que eu e o Deputado Chico Lopes possamos apresentar um requerimento de informações ao Ministério da Defesa. Já que a Comissão de Anistia não pode fazer isso, nós, enquanto Parlamentares, via plenário, constitucionalmente podemos apresentar o requerimento de informação cabível a esse pleito.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a Associação Brasileira dos Anistiados Políticos quer fazer apenas um encaminhamento. Eu pediria à Comissão que, por gentileza, passasse para as entidades, eletronicamente, a relação dos partidos que ainda não indicaram o nome dos Deputados para complementar o quadro da CEANISTI, para que nós possamos trabalhar no sentido de...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com licença. Vamos ser mais práticos? Podemos fazer isso verbalmente, de novo.

PMDB, duas vagas; PSDB, três vagas; DEM, duas vagas; PR, duas vagas; PSB, duas vagas.

Vou repetir: PMDB, duas vagas; PSDB, três vagas; DEM, duas vagas; PR, duas vagas; PSB, duas vagas.



Se essas vagas estiverem preenchidas, ficará muito mais fácil a obtenção de *quorum* para as nossas discussões, necessárias e importantes para todos vocês.

(Não identificado) - Muito obrigado.

O SR. LUIZ MIGUEL - Eu queria agradecer a esta belíssima Comissão de Anistia. Sou Luiz Miguel, da ANAP de Volta Redonda, Rio de Janeiro. Represento aqui a ANAP.

Eu queria agradecer à Presidência e ao nosso ilustre companheiro Arnaldo, que desde a primeira Comissão mostrou que é uma pessoa que realmente está do lado do trabalhador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Ligue o microfone e identifique-se novamente, porque sem a gravação o senhor falou para a gente, mas não falou para a Casa.

O SR. LUIZ MIGUEL - Devido a esse trabalho maravilhoso da Comissão...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Repita seu nome e a entidade.

O SR. LUIZ MIGUEL - Luiz Miguel, da ANAP, Volta Redonda, Rio de Janeiro.

Lá foram injustamente demitidos no Governo Collor quase 12 mil funcionários, que vivem hoje em situação de miséria. Eu falo abertamente porque não tenho como dizer o contrário. Fomos demitidos. Foram mortos três companheiros lá pelos militares, que fizeram um arrastão em torno dos trabalhadores.

Esta Comissão de Anistia, aprovada por esta Casa, vai dar uma abertura para que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Luiz Miguel, você está falando do episódio de 1988?

O SR. LUIZ MIGUEL - De 1988.

... vai dar uma abertura para muitos que estão hoje debaixo da terra, para os seus familiares poderem requerer o digno salário da anistia.

Muito obrigado. Agradeço a esta Comissão. *(Palmas.)*

O SR. PAULO SÉRGIO TURAZZA - Sou Paulo Sérgio Turazza e represento a ACIMAR de São Paulo.

A ACIMAR está solicitando encaminhamento a V.Exa. de um pedido para que sejam reiterados os termos do último relatório feito pela CEANISTI, que aponta as



pendências jurídicas que envolvem a Lei de Anistia. Até o presente momento a AGU não se manifestou sobre ele.

Então, aproveitando as palavras do Deputado Arnaldo, reitero que a AGU até o presente momento não se manifestou. O relatório é perfeito, foi muito bem montado, com participação de todas as entidades, e representa os anseios de todos que estão aqui. No entanto a AGU, até o presente momento, ainda não se manifestou. A ACIMAR, através do seu Presidente, Simão Kerimian, está pedindo que o relatório seja reiterado, novamente enviado, e cobradas respostas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Será atendido o pedido de V.Sa., entregue ao Relator para que se tomem as devidas providências.

Por último, a senhora.

A SRA. ROSA - A senhora está no céu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Eu não disse Nossa Senhora. *(Risos.)*

A SRA. ROSA - Deputado, eu sou anistiada política e represento todos os anistiados, tanto civis como militares. Eu fico aqui na Casa perturbando todo mundo, todos os dias. Eu trabalho com o Deputado Ariosto Holanda, que é anistiado político também.

Meu nome é Rosa.

A minha preocupação é que não se falou aqui do Planejamento. A Ministra do Planejamento inclusive está ali no primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Plenário?

A SRA. ROSA - No Plenário 1. Nós estamos passando por um problema. Nós civis já temos no nosso holerite, desde que fomos anistiados, "anistiado político", público ou privado. No Planejamento existem dois orçamentos: o do papel higiênico e o nosso, dos servidores públicos. Além disso, agora eles desmontaram o setor que nos atendia, a SEGEBIM, e nos esfacelaram em sete setores. Eu sou caçula nessa história, mas os que já estão de cabelinho branco, já meio cansados dessa vida, quando ligarem para lá vão ouvir: *"Aperte dois se você quer um caixão branco. Aperte três se você quer um caixão preto, ou um caixão cor-de-rosa, uma cova funda, uma cova rasa..."*



Os nossos dissídios coletivos... O senhor também é anistiado. Eu estive no seu julgamento, lá no Ceará. Antes eu levava um dissídio coletivo lá e no outro mês ele era aplicado, saía. Agora isso vai levar 1 ano. E para nós colocarmos algum anistiado em folha também vai demorar 1 ano, porque nós estamos em 7 setores.

Isso foi feito por uma diretora, Cristina Calvet, e Mari Lucas, que sempre nos perseguiu, embora o pai dela seja anistiado político. Não entendo muito bem isso. Eu sou Governo, e é o nosso Governo, hoje, quem está nos perseguindo, Deputado — o senhor é Governo também, como eu. Além de eu ter passado pela ditadura militar, hoje eu estou passando pela ditadura dos vermelhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - De alguns vermelhos, não é, Rosa? Eu sou vermelho e não estou fazendo isso.

A SRA. ROSA - De alguns, Deputado. Aliás, a maioria dos vermelhos — não vamos nos iludir — está pisando nos anistiados militares e nos anistiados civis.

A Miriam Belchior também não nos recebe, assim como o Ministro da Defesa não recebe os militares. O Ministro da Justiça... Eu entro lá e faço ele me receber a pau e corda, mas nós não temos entrada. Este Governo está blindado, para não nos receber.

Eu gostaria muito que a CEANISTI fizesse alguma coisa por nós. Como nós temos que aparecer, que sair em passeata de novo, fazer tudo de novo... O senhor está vendo aí. Está tudo caindo aos pedaços, não dá mais para fazer passeata. Então a gente quer a ajuda da...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Rosa, com licença.

Eu queria, regimentalmente, sugerir ao Presidente Chico Lopes, já que foi aprovado requerimento convocando o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça, que aditasse esse requerimento e incluísse o convite à Ministra Miriam Belchior, do Planejamento. Essas questões que a Rosa está colocando aqui são bastante graves. E lembro que o Duvanier já não está mais aqui. Então é bom que nos respeitem.

Então o que eu queria, regimentalmente, pedir ao Deputado Chico Lopes é uma autorização para aditar o seu requerimento e incluir no convite o nome da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Sugestão aceita.

Terminou, Rosa?



A SRA. ROSA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Como o Deputado Chico Lopes é autor do requerimento, eu preciso colocá-lo em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Está convidada também a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Antes de terminar, eu queria fazer uma sugestão aos diversos camaradas que escrevem, porque nós estamos com a experiência do Arnaldo, a boa vontade do Chico Lopes e a assessoria incomparável da nossa camarada Raquel. Vejo que vocês têm muita facilidade para escrever. Não seria de bom alvitre nós começarmos a tentar furar a imprensa escrevendo artigos ou aquelas cartas denunciando isto que nós estamos dizendo? Porque, se não formos para a ofensiva...

Rosa, eu lhe digo, com toda a sinceridade, que às vezes eu tenho vergonha de dizer que sou de esquerda. Não, eu sou é comunista. Nunca neguei isso. Se nem no pau, imaginem agora. Mas muitos companheiros acham que o poder é eterno. Alternância de poder existe em todo regime democrático. Não vamos esperar que não vá ter, porque vai.

É bom notar que alguns partidos de esquerda nunca falaram em socialismo, tampouco em comunismo. É bom vocês prestarem atenção nisso. Outra coisa. Nós sabemos que uma pessoa é honesta quando damos dinheiro a ela e ela tem a oportunidade de ser honesta. Democratas só sabemos quem são quando estamos na democracia, porque na ditadura todos estamos do mesmo lado. Agora é outra a história.

Nós temos recursos para escrever. Mandem para o correio das suas cidades, mandem para os grandes jornais. Enquanto não sai, nós vamos insistindo, porque assim não é possível.

Parece até que a anistia na América Latina já foi resolvida. Aqui não sai a Comissão da Verdade. Aparece um maluco de um delegado e diz que transformou os comunistas em carvão, e não há nota oficial, nem de procuradoria, nem de promotoria, nem de "GU", nem de "GO", nem de "GP". Parece mais uma notícia da



imprensa, que por ali morre, etc. e tal. Como nossa única certeza é a de que vamos morrer, está aí a lista de um bocado de gente esperando no céu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, deixe-me registrar o tal nome do tal delegado que o senhor citou aí: Cláudio Antônio Guerra, delegado no Espírito Santo. Ele quer guerra mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Pois é. Então eu gostaria que nós usássemos os nossos conhecimentos para ver se furamos a mídia nesse sentido. Porque, se não pressionarmos, não vai sair nada, porque todo mundo agora está achando que é a rainha da cocada preta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Eu não posso interferir em quem vem e quem não vem. Agora, se ele vier, nós vamos ter que recebê-lo, e eu não vou me pautar pelo comportamento de vocês. Eu sou muito claro. Se eu tivesse o poder de escolher quem vem, eu teria o poder de retirá-lo, com muito prazer.

Não tendo mais assuntos a tratar, damos por encerrados os trabalhos do dia de hoje. *(Palmas.)*